

ANÁLISE DO PROGRAMA CONTA PRA MIM

Eduarda Vargas Santana¹

Maria de Fátima Xavier da Anunciação de Almeida²

Resumo

Este artigo traz resultados de estudo qualitativo e exploratório, realizado durante a disciplina de Prática Científica, no Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem como objetivo analisar o Programa Conta pra Mim, concernente à literacia familiar na relação entre a escola e a família, produzida no documento. Realiza uma análise documental desse programa nacional, relacionado à leitura literária, denominado Conta pra Mim: Um Guia de Literacia Familiar, lançado em 2020 no Brasil, com base no Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Os aportes teóricos principais estão pautados em Ramalhete (2020), Zilberman (1985, 2003, 2005, 2009), Cheng (2021), Cosson (2002), Farias e Tolentino (2021) e Silva, Souza e Signorelli (2021). A análise documental revela a adoção de um modelo de família tradicional e moralista, desconsiderando a diversidade de arranjos familiares presentes na sociedade brasileira; além disso, percebe-se que o programa menospreza o papel da escola no âmbito do ensino da literatura infantil.

Palavras-chave: Conta pra Mim, alfabetização, literacia familiar, literatura infantil, escola.

Introdução

O Programa Conta pra Mim foi instituído pela Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020, pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, com o objetivo de promover a literacia familiar e estimular o desenvolvimento da oralidade, do vocabulário e da leitura desde a infância, por meio da interação entre pais e filhos. Por meio da sensibilização da sociedade, do oferecimento de orientações e estímulo ao hábito de leitura, o programa visa impactar positivamente a aprendizagem de literacia e numeracia ao longo da trajetória educacional.

No entanto, a implementação do Programa Conta Pra Mim tem gerado debates e questionamentos no contexto educacional brasileiro. Alguns pesquisadores apontam que o programa desconsidera as políticas de alfabetização, leitura e letramento realizadas em governos anteriores, bem como ignora a produção científica dos pesquisadores brasileiros dedicados ao tema. Além disso, a utilização do termo "literacia familiar" em vez de "letramento" levanta questões sobre a escolha do conceito e sua adequação à realidade brasileira.

¹ Estudante do curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

² Professora Doutora adjunta da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Considerando essas controvérsias, este estudo tem como objetivo analisar o Programa Conta pra Mim no contexto da literacia familiar no Brasil, abordando os aspectos teóricos adotados; explorar as implicações das ações governamentais e a relação entre a literatura infantil, a escola e a família; discutir as desigualdades socioeconômicas e culturais existentes na sociedade brasileira, que podem afetar o acesso equitativo à literatura e a diversidade de perspectivas nas experiências de leitura das crianças.

Para isso, a metodologia de pesquisa trabalhada na presente investigação é a análise documental na qual Silva et al. (2009) aponta que a pesquisa documental, muitas vezes, utilizada como sinônimo de análise documental, é um método de investigação da realidade social e não possui apenas uma concepção filosófica, e sim um caráter compreensivo, com enfoque crítico em materiais que são analisados.

Além disso, é importante ressaltar que a escolha do tema deste estudo deu-se por causa dos interesses pelos estudos de leitura literária e alfabetização nas escolas e quais as implicações políticas que programas educacionais possuem. Dessa forma, por meio de conversas com a professora que orienta este trabalho, durante o período pandêmico, para definir ao certo qual tema se poderia trabalhar nesses eixos, foram apontadas algumas indignações na forma como o programa fora criado e qual seria sua implicação nos estudos de leituras literárias.

Para atingir esses objetivos, este artigo está dividido em seções. Na primeira seção, será apresentado o Programa e como ele fora criado, serão examinados os resultados alcançados, bem como as limitações e os potenciais impactos na formação de leitores proficientes. Na seção seguinte, serão apresentados os fundamentos teóricos que embasam o estudo, explorando conceitos como da literatura infantil, literacia familiar, letramento e políticas educacionais.

Posteriormente, serão apresentadas reflexões sobre a relação entre literatura infantil, escola e família, destacando a importância da parceria entre esses atores na promoção da literacia literária. Serão abordados o papel da escola apresentado pelo Conta Pra Mim e a influência do ambiente familiar no desenvolvimento de habilidades de leitura.

Por fim, na seção de considerações finais, serão sumarizados os principais achados desta pesquisa seguidos da apresentação de sugestões para futuras pesquisas e aprimoramento das políticas educacionais voltadas para o estímulo à prática de leitura infantil. É essencial compreender os desafios e as oportunidades relacionados a esse tema para que sejam desenvolvidas estratégias efetivas que promovam a formação de leitores críticos e

participativos desde a infância, levando em consideração a diversidade cultural e as desigualdades sociais presentes no contexto brasileiro.

Ao analisar o Programa Conta pra Mim no contexto da literacia familiar no Brasil, este estudo pode contribuir para o debate sobre as políticas educacionais e a promoção da leitura, buscando fornecer percepções relevantes educadores, pesquisadores e gestores públicos interessados na área da educação e no desenvolvimento integral das crianças.

O que é o Programa Conta pra Mim?

O Programa Conta pra Mim foi instituído pela Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020, destinado a "todas as famílias brasileiras, tendo prioridade aquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica" (BRASIL, 2020a, p.1). Segundo o Ministério da Educação (MEC), o programa tem como objetivo a ampla promoção da literacia familiar, estimulando o desenvolvimento da oralidade, do vocabulário e da leitura desde a infância, entre pais e filhos. Conforme apresentado:

- Art.6º I -sensibilizar toda a sociedade quanto à importância de se cultivar a leitura em família;
- II-oferecer orientações acerca das melhores práticas de literacia familiar;
- III-incentivar o hábito de leitura na população;
- IV-encorajar pais a se engajarem na vida escolar dos filhos;
- V-impactar positivamente a aprendizagem de literacia e de numeracia no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes fases e etapas;
- VI-fomentar a promoção e a divulgação das práticas de literacia familiar em escolas e em sistemas de ensino; e
- VII-incentivar o aprimoramento e a divulgação de conhecimentos científicos sobre o tema da Literacia Familiar (BRASIL, 2020a).

Desse modo, segundo a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a literacia familiar pode ser entendida como “um conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura, a escrita, na qual a criança vivencia com os seus pais e familiares”. (BRASIL, 2019b, art. 3º). Além disso, Ramalhete (2020) afirma que o programa busca atender à Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que trata a respeito de políticas públicas para a primeira infância.

Segundo o programa, essas práticas podem ter início durante a gestação e se estender até a adolescência. De acordo com Farias e Tolentino (2021), as condições materiais da família para a literacia são consideradas irrelevantes, sendo apenas necessárias a disposição e a boa vontade dos adultos.

Silva, Souza e Signorelli (2021, p, 705) revelam que o conceito de literacia, posto no programa, é utilizado em Portugal, e que durante o governo Bolsonaro, pôde-se observar a ocorrência de inúmeras tentativas de implementação de decretos, programas e outras produções com base em documentos oficiais de outros países, ignorando a produção científica de pesquisadores brasileiros acerca de alfabetização, leitura e letramento. Para essas autoras:

Uma análise da PNA evidencia que tal política, desconsiderando-se tanto as políticas implementadas em governos anteriores quanto às pesquisas e os estudos do campo da alfabetização no Brasil, impõe-se por meio de um discurso sustentado na tentativa de inculcar apenas uma perspectiva sobre a alfabetização para orientar as propostas de ensino de leitura e de escrita nas escolas brasileiras. Além disso, ao ser implementada de forma silenciosa e autoritária, sem interlocução com as comunidades escolar, acadêmica e sociedade civil, anula o preceito constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, escancarando uma concepção obtusa de alfabetização, que esvazia sua dimensão crítica. (SILVA; SOUZA; SIGNORELLI, 2021, 712).

Além disso, a segunda fase do Programa Conta pra Mim teve como objetivo alocar um investimento de 45 milhões de reais para a instalação de cinco mil Cantinhos Conta pra Mim em instituições de ensino infantil, museus e bibliotecas. A proposta também previu a concessão de bolsas no valor de R\$300 a R\$400 para profissionais da educação oferecerem oficinas de leitura.

O prazo estabelecido para a implementação dessa fase foi até o final do ano de 2022. Até o momento desta pesquisa, as ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC) restringiram-se à disponibilização de um guia para download no Portal do MEC, além da veiculação de propagandas televisivas e da instalação de pequenos estandes em centros comerciais. Conforme foi apresentado:

As atividades de literacia familiar são simples, mas capazes de influenciar significativamente no desenvolvimento intelectual já na fase pré alfabetização, antes do começo das primeiras aulas na escola. Meninos e meninas que são estimulados desde cedo à leitura e à brincadeira dentro de casa tendem a chegar mais aptos e habilidosos nos anos iniciais do ensino fundamental (BRASIL, 2019b).

É importante destacar que a principal propaganda do Programa Conta pra Mim, veiculada na televisão, apresenta uma família negra vivendo em uma casa de classe média alta, com lareira acesa durante a celebração do Natal, o que pode parecer curioso, já que, em dezembro, no Brasil, não costuma fazer frio.

Além disso, o programa possui como mascote um urso que veste capuz azul que, segundo Ramalhete (2020), o animal não é encontrado na fauna do Brasil. Pequenos estandes

foram instalados em shoppings de cidades brasileiras. Os estandes mencionados anteriormente contam com a presença de contadores de histórias e do personagem Tito, o urso, que é o garoto-propaganda do programa.

Esses fatos sugerem que o programa possa ser mais adequado a famílias de classe média alta, que possuem carros, casas confortáveis e disponibilidade para frequentar shoppings do que para famílias mais vulneráveis.

Conforme apresentado por Cheng (2021), esses elementos são simbólicos, porém possuem caráter significativo, devido ao fato de que o MEC, durante a implementação do programa deixa a entender, que está transferindo a responsabilidade da alfabetização da escola para as famílias, sendo assim, ao apresentar características de famílias que não condizem com a realidade brasileira, faz com que famílias que não se encaixem nesses atributos, não sejam contempladas pelo programa.

É visto que o Programa Conta pra Mim utiliza o Programa Nacional de Alfabetização como base para seu referencial teórico. Porém, em contrapartida, é possível observar que o programa desconsidera historicamente as políticas de alfabetização, leitura e letramento realizadas em governos anteriores a 2018, numa concepção de erradicar toda a política que foi feita antes, desconsiderando anos de acúmulo científico.

Literatura Infantil e Literacia Familiar

Segundo Ramalhete (2020), a literatura infantil para crianças e jovens; teve sua expansão devido à mudança de paradigmas e concepções relacionados à infância. Com o passar dos anos, crianças deixaram de ser vistas como pequenos adultos; e passaram a ter existência e características sociais reconhecidas que demandam cuidados específicos para sua faixa etária. Ocorrera, assim, a concepção de infância, e, desse modo, o gênero literário infantil foi se expandindo.

No Brasil, porém, conforme apresentado por Zilberman (2003), a literatura infantil é extremamente voltada para finalidades moralizantes e possui uma ascensão relacionada à família burguesa, principalmente, durante a Ditadura Militar de 1964.

A nova valorização da infância gerou maior união familiar, mas igualmente os meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e a manipulação de suas emoções. Literatura infantil e escola, inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas para cumprir esta missão (ZILBERMAN, 2003, p. 13).

Em relação ao termo “literacia familiar”, vê-se que ele é apresentado na Política Nacional de Alfabetização (PNA) e no Programa Conta Pra Mim: Um Guia de Literacia Familiar”. O guia lançado pelo MEC destaca:

Por isso, seguindo os rumos apontados pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), o Ministério da Educação lançou o programa Conta pra Mim, que tem como objetivo a ampla promoção da Literacia Familiar. Afinal, a aprendizagem da linguagem oral, da leitura e da escrita começa em casa, na convivência entre pais e filhos.” (BRASIL, 2020a).

O guia apresentado possui uma parte intitulada “Literacia Familiar”, e, segundo Ramalhete (2020), é evidente que se trata de um termo traduzido de “*literacy*”, o que acaba por se distanciar do significado do termo “letramento”, o qual segundo Soares (2010): “A palavra letramento é uma etimologia da palavra “*literacy*”, vem do latim *littera* (letra), com o sufixo *cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser [...] capaz de ler e escrever”.

é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la. (SOARES, 2010, p. 17).

Dessa forma, conforme apresentado por Santos e Vier (2022, p. 5), "A utilização da palavra literacia no documento Conta pra Mim ao invés de letramento passa a ideia de um apagamento de todas as pesquisas, materiais e livros construídos até o momento sobre essa temática.”

Faz-se necessário destacar a perspectiva de alfabetizar letrando, ou do letramento, apresentada por Magda Soares (2004), que defende a prática de ler e de escrever como processos intrínsecos. A autora também ressalta que o letramento vai além das instituições escolares, abrangendo a busca pelo prazer em diversos atos de leitura, independentemente, das mais variadas condições e locais.

O letramento, no Brasil, se constitui como prática social, cultural, de leitura e escrita enquanto experiência humana de sistematização da linguagem e enquanto linguagem. Já a literacia, se constitui como cognição, práticas que desenvolvam habilidades específicas ao uso sistematizado da leitura e da escrita como aprendizagem. Nesse sentido, não faz sentido discutir qual termo é o correto, já que tratam-se de objetivos diferentes. (SANTOS;VIER, 2022, p.5).

Dessa forma, segundo Kleiman (2016, p.18), o letramento não se reduz a uma habilidade (ou conjunto de habilidades) ou a uma competência do indivíduo que lê. Implica múltiplas capacidades e saberes, muitos dos quais não se relacionam diretamente com a leitura escolar, mas com a leitura de mundo, pois o letramento se inicia muito antes da

alfabetização, isto é, quando uma pessoa começa a interagir socialmente com práticas de letramento em seu contexto social.

Segundo Soares (2004, p. 57), existe um problema grave que envolve o fato de algumas pessoas ignorarem o contexto social dos estudantes ao se preocuparem com o processo de alfabetização. Reduzir essa complexidade a uma perspectiva puramente familiar limita o entendimento do letramento como uma prática social ampla e compartilhada.

Dessa maneira, a respeito da literacia familiar, é necessário considerar as desigualdades socioeconômicas e culturais existentes na sociedade. Nem todas as famílias têm acesso igualitário a recursos educacionais, como livros e espaços de leitura. Além disso, algumas famílias podem enfrentar desafios socioeconômicos e condições precárias de vida que dificultam o envolvimento ativo na promoção da leitura literária. Portanto, é fundamental que as políticas e programas de leitura levem em consideração essas desigualdades e busquem formas de tornar o acesso à literatura mais equitativo.

Além do mais, a literacia familiar pode perpetuar normas e valores culturais dominantes, reforçando padrões estabelecidos de leitura e escrita. Isso pode limitar a diversidade de perspectivas e vozes presentes nas experiências de leitura das crianças.

É importante que os programas de leitura do texto literário incentivem a exploração de diferentes gêneros literários, autores diversos e histórias que representem a diversidade cultural e social do país. Isso contribui para a ampliação dos horizontes das crianças, permitindo que elas se identifiquem e se reconheçam nas histórias, além de promover a empatia e o respeito à diversidade.

Conforme apresentado por Paulino (2013), a leitura literária é uma prática cultural de natureza artística que requer interação prazerosa entre o leitor e o texto. Ainda, segundo a autora, a leitura é considerada literária quando o leitor dedica sua atenção predominantemente a essa atividade, sem que outros objetivos sejam vivenciados como mais importantes, embora possam coexistir. Essa relação entre o leitor e o texto inclui uma dimensão imaginária, na qual a linguagem desempenha um papel central, permitindo a criação de outros mundos habitados por seres diversos, com suas ações, pensamentos e emoções.

Além disso, no próprio documento publicado pelo MEC, é expresso que a literacia familiar é utilizada em outros países com bases em seus contextos culturais. “Programas de Literacia Familiar têm sido desenvolvidos em muitos países para fornecer apoio aos pais na medida em que ajudam seus filhos pequenos a aprender elementares habilidades linguísticas e de literacia.” (BRASIL, 2020a). Nesse sentido, é visto que esse guia apresenta modelos

educacionais de outros países como comprovação científica, ignorando totalmente a realidade, a cultura e a produção científica brasileira acerca de alfabetização, leitura e letramento.

A Escola e a Família

O Programa Conta pra Mim estipula como público-alvo todas as famílias, tendo como prioridade as de baixa renda. Segundo o próprio programa, “não é preciso ter muito estudo, materiais caros nem morar em uma casa toda equipada e espaçosa para praticar a Literacia Familiar. As práticas de Literacia Familiar são acessíveis a todos! Bastam duas coisas: você e seu filho!” (BRASIL, 2019b, p. 13).

Apesar dessa afirmação do programa, é visto que, na estrutura de acesso aos vídeos e livros, é preciso ter um conhecimento de acesso a sites e a internet, visto que os livros são disponibilizados digitalmente, sendo assim, o programa tende a ignorar a exclusão digital que existe no Brasil, pois, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, 7,28 milhões de famílias ainda não possuíam acesso à internet no ano de 2021.

Acerca do hábito de leitura, pode-se considerar que sua construção precisa ser estimulada a longo prazo, mas isso não pode ser atribuído apenas à família num sentido moralizante e que ignora a função social da escola. Além disso, o Programa Conta pra Mim não traz uma perspectiva de realidade brasileira acerca das famílias de baixa renda tampouco apresenta uma democratização ao acesso à leitura de forma efetiva. Assim aponta Cosson (2022, p. 22)

A pergunta se faz necessária quando se verifica que a família idealizada pelo programa está muito distante daquelas que compõem a realidade brasileira, sobretudo daquelas famílias de baixa renda, constituídas pela mãe como chefe e principal provedora do sustento familiar. São mães trabalhadoras que gastam horas preciosas de seu tempo no trânsito para o emprego e cuja rotina de atividades domésticas, raramente compartilhadas com o cônjuge, faz parte de uma segunda e exaustiva jornada de trabalho.

Conforme apresentado por Silva, Souza e Signorelli (2021), vivenciar práticas de diálogo, trocas, interações familiares, leitura dialogada e narração de histórias é fundamental para a formação humana. Porém, tal proposta apresentada no PNA e no programa é reduzida a uma forma simplista com limitações teóricas.

Além do mais, a literatura apresentada no programa é reduzida a livros infantis que não apresentam elementos criativos e cativantes ao público infantil, de modo que Cosson

(2022) apresenta que os livros possuem reproduções de contos de fadas, contos tradicionais, lendas e parlendas que possuem ensinamentos morais. E ainda apresenta:

[...], são textos de pouca elaboração estética, com predomínio de um coloquialismo empobrecido no registro da linguagem, ilustrações pouco criativas e meramente reprodutoras do texto escrito, diagramação pesada e pouco atraente, ou seja, um conjunto de obras que descaracterizam a literatura infantil, que mais parecem reproduções caricatas e extemporâneas em se considerando obras similares produzidas na primeira metade do século XX. (COSSON, 2022, p.24).

Além disso, conforme apresentado por Farias e Tolentino (2021), um país como o Brasil, em que os livros não compõem a cesta básica das famílias, inúmeros motivos, a primeira e a principal possibilidade de acesso a materiais é por meio da escola. Mesmo de forma precária e sem investimento público adequado, a escola e o que tange a educação escolar, as práticas escolares referenciam-se nas pesquisas acadêmicas. Os pressupostos apresentados no Guia Conta pra Mim ignoram o papel importante que a escola tem na alfabetização e na leitura.

Em relação a isso, é importante apresentar que, desde 2016, vários movimentos e ações de cunho neoliberal e conservador têm desqualificado o papel da escola como locus privilegiado de formação de leitores e escritores. Citam-se como exemplos, o movimento Escola Sem Partido e o projeto do *Homeschooling*, os quais, conforme apresentado por Farias e Tolentino (2021), visa à transformação da Educação e da escola em empresa, e dos estudantes em produto, tendo em vista que os pais irão decidir qual a formação de seus filhos. Conforme apresentado por Farias; Tolentino (2021, p. 243).

O número de ocorrências da palavra “escola” nos materiais do Conta pra Mim demonstra com que intensidade e em que circunstâncias a instituição é considerada no âmbito do programa. Objetivamente, ela é lugar/espço e instância na qual as famílias e as crianças devem se preparar para alcançar o sucesso. Uma leitura atenta do material revela as concepções de escola e de educação escolar que ancoram a iniciativa, ainda que aparentemente elas figurem de maneira insignificante no programa.

Diante das críticas apresentadas, é importante destacar que o costume de leitura entre pais e filhos é uma prática importante para o desenvolvimento humano, mas ela não pode ser vista como uma solução única para a formação leitora das crianças. Além do que, é necessário que os livros infantis apresentem uma qualidade estética e literária que estimulem o interesse das crianças pela leitura, e que os programas de incentivo à leitura da literatura infantil sejam elaborados com base em pesquisas teóricas e práticas pedagógicas que considerem a realidade social e cultural das famílias brasileiras.

Um dos pontos críticos é que o Programa Conta pra Mim parece desconsiderar a diversidade cultural e linguística presente no Brasil. As obras disponibilizadas são majoritariamente produções da cultura dominante, que não representam a rica pluralidade de narrativas e vozes presentes no país. Isso contribui para a perpetuação de estereótipos e limita a capacidade das crianças de se identificarem com as histórias e se sentirem representadas.

Outrossim, conforme apresentado por Ramallete (2020), o programa parece negligenciar a importância do acompanhamento e da mediação dos pais no processo de leitura. Apenas disponibilizar os materiais não é suficiente para garantir o desenvolvimento da competência leitora das crianças. É fundamental que os pais se envolvam ativamente, conversem sobre as histórias, façam perguntas, explorem os temas, estimulem a reflexão e a imaginação de seus filhos. Isso demanda tempo, disposição e conhecimentos que muitas famílias de baixa renda podem não possuir devido às suas condições de trabalho e rotinas exaustivas.

Paulino (2013) afirma que a leitura literária, em especial, demanda liberdade, sendo o único limite o respeito pela forma como cada indivíduo realiza sua leitura, considerando suas particularidades. É fundamental que a escola, que frequentemente busca padronizar comportamentos, tenha o cuidado necessário nesse estágio inicial. Além disso, a intervenção do professor, por meio de uma mediação que não reprima, mas estimule a imaginação de cada aluno no pacto com o texto, também é um componente essencial do processo de leitura literária no ambiente escolar.

Outro aspecto a ser considerado é a falta de investimento em infraestrutura educacional. A ausência de bibliotecas nas escolas e a falta de acesso a livros de qualidade dificultam o desenvolvimento de uma cultura leitora. Para promover efetivamente a leitura na família, é necessário um esforço conjunto da sociedade, do governo e das instituições educacionais. Investimentos em educação de qualidade, políticas de distribuição gratuita de livros, formação de professores e valorização da leitura como prática cultural são algumas das medidas que podem contribuir para um país mais leitor e inclusivo.

Considerações Finais

Com base em considerações críticas sobre o programa nacional Conta pra Mim: Um Guia de Literacia Familiar lançado pelo governo Bolsonaro, é importante abordar diversos aspectos problemáticos e preocupantes relacionados a essa iniciativa.

Uma das principais críticas ao programa está relacionada à sua abordagem simplista e unidimensional de literatura infantil, alfabetização e letramento. Ao colocar a responsabilidade exclusiva da leitura literária nas mãos dos pais, o programa desconsidera o papel fundamental da escola e dos professores na promoção da leitura e da escrita. Além disso, nem todas as famílias têm condições socioeconômicas e culturais favoráveis para promover a literacia de maneira efetiva.

A desigualdade de acesso a recursos educacionais, como livros e espaços de leitura, pode acentuar ainda mais as disparidades educacionais existentes. O ambiente escolar desempenha um papel crucial na formação de habilidades de letramento, na exposição a diferentes gêneros literários e na criação de um espaço de interação e discussão em torno da leitura.

A falta de diversidade literária pode representar uma desconsideração à cultura brasileira. A diversidade é um aspecto essencial na formação de leitores críticos e na construção de uma sociedade plural e inclusiva. No entanto, os livros disponibilizados pelo programa não retratam a diversidade racial, étnica, cultural e econômica do Brasil. A ausência de personagens e histórias que representem a realidade de todas as crianças brasileiras contribui para a perpetuação de estereótipos e limitações na visão de mundo das crianças.

A forma como o programa foi lançado também é preocupante. Sua implementação foi silenciosa e sem consulta a sociedade, professores e pesquisadores. Isso desconsidera o princípio constitucional do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, essencial para promover uma educação plural e democrática. A participação de diferentes atores da comunidade educacional é fundamental para a construção de políticas que atendam às necessidades e realidades das escolas e dos alunos.

Outro aspecto crítico é a escolha do termo "literacia familiar" em vez de "letramento". Essa mudança terminológica apaga todo o conhecimento produzido até o momento sobre o letramento no Brasil. Reduzir essa complexidade a uma perspectiva puramente familiar limita o entendimento do letramento como uma prática social ampla e compartilhada.

Além disso, o Programa Conta pra Mim apresenta modelos educacionais de outros países como evidências científicas, ignorando completamente a realidade, a cultura e a produção científica brasileira no campo de alfabetização, leitura e letramento. Cada país possui sua própria dinâmica educacional e é essencial adaptar as estratégias e abordagens. A construção de políticas educacionais deve ser baseada em evidências científicas, em pesquisas nacionais que trazem contribuições relevantes para a alfabetização e o letramento. Ignorar o

conhecimento acumulado ao longo dos anos por pesquisadores brasileiros nessa área é um retrocesso e vai contra a valorização do trabalho acadêmico e científico.

Programas isolados, como o Conta pra Mim, não são suficientes para resolver os problemas estruturais do sistema educacional brasileiro. É necessário um investimento consistente em políticas educacionais abrangentes, que englobam a formação de professores, a melhoria das condições das escolas, o acesso a materiais didáticos de qualidade e a valorização da profissão docente.

Isso implica considerar a realidade social, econômica e cultural das famílias brasileiras, investir em infraestrutura educacional adequada e garantir o acesso a materiais de qualidade, além de valorizar a diversidade e estimular a participação ativa dos pais no desenvolvimento dos seus filhos como leitores.

Diante desses apontamentos, é necessário repensar as políticas de leitura e alfabetização no Brasil que abrangem o programa e o PNA. É fundamental considerar as contribuições da pesquisa nacional e dos profissionais da educação, bem como promover uma abordagem mais ampla e inclusiva da leitura e escrita. A diversidade de gêneros literários, autores e histórias deve ser valorizada a fim de proporcionar experiências de leitura enriquecedoras e representativas para todas as crianças brasileiras.

Somente por meio do envolvimento de diferentes atores e da valorização do conhecimento científico e pedagógico será possível promover uma educação de qualidade para todos os estudantes. A educação é um direito fundamental de todas as crianças e jovens, e cabe ao Estado garantir as condições necessárias para que esse direito seja efetivado.

Referências

ALMEIDA, M. de S. *Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva*. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7559, de 01 de setembro de 2011**. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. 2011. Brasília, DF, 05 set. 2011. 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em: 12 jun 2023

BRASIL. **Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019**.a Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2019a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm. Acesso em: 3 maio. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Conta pra Mim: guia de literacia familiar**. - Brasília: MEC, SEALF, 2019b. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>. Acesso em: 11 dez 2022

BRASIL. **Decreto nº 9930, de 23 de julho de 2019c. Altera o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011**, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura. Decreto Nº 9.930, de 23 de Julho de 2019. Brasília, DF, 24 jul. 2019. 2019c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9930.htm. Acesso em: 24 jan. 2013.

BRASIL. **Portaria 421 de 23 de abril de 2020a**. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. Brasília: Ministério da Educação. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>. Acesso em: 3 jan 2023.

BRASIL. Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Ministério da Educação. **Conta pra Mim. 2020b**. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CARVALHO JUNIOR, J. R. A. de, SILVEIRA, S. F. R. **Proposta de um modelo lógico na avaliação do Programa Conta pra Mim**. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351612781_n_11_-_PROPOSTA_DE_UM_MODELO_LOGICO_NA_AVALIACAO_DO_PROGRAMA_CONTA_PRA_MIM. Acesso em: 22 de mai 2023.

COELHO, N. N. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COSSON, Rildo; SOUZA, Renata Junqueira de. **Letramento literário: uma proposta para a sala de aula**. UNESP, Agosto-2011. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/40143?locale=pt_BR Acesso em: 17 jun. 2023.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). Práticas de leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996 a.

CHENG, G. L. **PROGRAMA CONTA PRA MIM: EDUCAÇÃO ESTÉTICA OU PEDAGOGIA MORAL?**. ATENA EDITORA, p. 164–176, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/programa-conta-para-mim-educacao-estetica-ou-pedagogia-moral>. Acesso em: 11 de Abr 2023

FARIAS, Fabíola Ribeiro; TOLENTINO, Jéssica Mariana Andrade (ED.). **O programa Conta pra mim e sua perspectiva de educação na primeira infância**. [s.l.] Revista Espaço Acadêmico, 2021. v. 229. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/57578/751375152336/>. Acesso em: 15 mai 2023

FERREIRA, N. B. de P.; DUARTE, N. **Literatura e educação: uma análise marxista.** Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 13, 2010.

KLEIMAN, Ângela B. (org), **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas, Mercado das Letras, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua - 2021 **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - Divulgação anual Brasília, DF: IBGE, 2022. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101963>. Acesso em: 15 mai 2023.

MACEDO, M. do S. A. N. **Por uma alfabetização transformadora.** Revista Brasileira de Alfabetização, n. 10, 2019.

MACHADO, A. M. **Silenciosa algazarra: reflexões sobre livros e práticas de leitura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PAULINO, Graça. **Leitura literária. Glossário CEALE.** 2013. Disponível em <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-literaria>. Acesso em: 14 jun. 20.

PICCOLI, Luciana e ZEN, Maria Isabel Habckost Dallaartigo - **PRÁTICAS DE LEITURA, GÊNEROS E SUPORTES TEXTUAIS DO CONTEXTO FAMILIAR NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS EM CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO.** Educação em Revista [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698220588>. Acesso em: 17 maio 2023

RAMALHETE, Mariana Passos. **O RETROCESSO EMPURRA A PORTA: A LITERATURA INFANTIL E O PROGRAMA CONTA PRA MIM.** Caderno de Letras, Pelotas, n. 38, pp.151-167, set-dez 2020b. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/issue/view/1028>. Acesso em: 4 jan 2023

RAMALHETE, Mariana Passos. **A diretriz de educação literária na Política Nacional de Alfabetização: contrapontos.** Revista Práxis Educativa, v. 15, n. 1, 2020. Disponível: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15264> Acesso em: 1 jun 2023

SILVA, F. D. de A.; SOUZA, V. A. .; SIGNORELLI, G. . **Programa “Conta pra Mim”: a proposta da “educação literária” no cerco da Política Nacional de Alfabetização.** Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 698–715, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/62475>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SILVA, Lidiane. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO — EDUCERE, IX, ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, III, 2009, Curitiba.

SANTOS, V. “CONTA PRA MIM” ..., MAS CONTA PARA QUEM? UM OLHAR REFLEXIVO PARA O PROGRAMA DE FOMENTO À LITERACIA FAMILIAR.

2022. Disponível em

<https://www.sbece.com.br/resources/anais/9/sbece2022/1655751243_ARQUIVO_1f54436ab8569a083c5caa94240fc459.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 128 p.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação. n.25, p. 5-17, 2004a.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

STIEG, V. **A alfabetização no contexto do discurso do letramento: propostas e práticas**. São Carlos, SP: Pedro & João, 2014.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola**. 11 ed. revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Global, 2003.

ZILBERMAN, R. **Como e por que ler a Literatura Infantil Brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ZILBERMAN, R. **Introduzindo a literatura infanto-juvenil**. *Perspectiva*, v. 2, n. 4, pp. 98-102, 1985.

ZILBERMAN, R. **O papel da literatura na escola**. *Via Atlântica*, n. 14, pp. 11-22, 2008.